

FREGUESIA DE POVOLIDE



2025-2029

REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO

Artigo 1º **Objeto**

1- O presente regulamento tem por objetivo estabelecer as regras, métodos e procedimentos de controlo que permitam o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a integridade dos registos contabilísticos e a preparação atempada de informação financeira fiável, visando atingir os objetivos previstos artigo 9.º do SNC-AP e no Ponto 2.9.1 do POCAL.

Artigo 2º **Âmbito**

- 1- O presente regulamento é aplicável a todos os serviços da Junta de Freguesia, sendo gerido e coordenado pelo órgão executivo.
- 2- Compete ao órgão executivo o acompanhamento directo da implementação destas normas, bem como a recolha de sugestões, de propostas e contributos, tendo em vista a sua avaliação e revisão;
- 3- A proposta de revisão será, de pelo menos, de dois em dois anos.
- 4- Compete aos serviços administrativos, ou na sua falta aos elementos do órgão executivo, a execução e cumprimento das normas contidas neste regulamento, sob orientação hierárquica.

Artigo 3º **Documentos Oficiais**

- 1- São considerados documentos oficiais da Junta de Freguesia todos aqueles que, pela sua natureza, representam actos administrativos necessários à prova de factos relevantes, tendo em conta o seu enquadramento legal e as correspondentes disposições aplicáveis às autarquias locais.
- 2- Constituem, ainda, documentos obrigatórios as fichas de registo do inventário do património agregadas nos livros de inventário imobilizado, das existências, os livros de escrituração periódica e permanente, os documentos previsionais e os documentos de prestação de contas a remeter ao Tribunal de Contas.
- 3- Podem também ser utilizados, para além dos documentos obrigatórios referidos nos números anteriores, quaisquer outros considerados convenientes tendo em conta a sua natureza específica e enquadramento legal.

Artigo nº 4 **Execução Orçamental**

1- O orçamento da Freguesia de Povolide será executado de harmonia com princípios e regras previsionais definidos no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, da Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de Setembro.

Artigo 5º
Limites de disponibilidade em caixa

1- A importância em numerário existente em caixa, no momento do seu encerramento semanal, não deve ultrapassar o limite máximo de 200 euros, devendo o seu remanescente ser depositado em conta da Junta de Freguesia.

Artigo 6º
Abertura e movimentos de Conta

1- Compete à Junta de Freguesia, sob proposta do seu Presidente, decidir sobre a abertura de contas bancárias tituladas pela Junta de Freguesia de Povolide.

2- As contas bancárias acima previstas são movimentadas com duas assinaturas, do Presidente e do Tesoureiro, podendo, o Presidente, ser substituído pelo secretário, em caso de falta ou impedimento legal.

Artigo 7º
Meio de Pagamento

1- Os pagamentos de valor superior a 500 euros são obrigatoriamente feitos por cheque ou transferência bancária.

2- O pagamento de salários ou vencimentos aos trabalhadores serão feitos por cheque, dinheiro ou transferência bancária.

3- As autorizações de pagamento e respectivos documentos anexos, são previamente conferidos pelo funcionário administrativo, remetidos ao Tesoureiro para posterior despacho do Presidente no caso de competências delegadas, sendo assinadas pelo Presidente da Junta e Tesoureiro ou respetivo substituto legal.

4- As autorizações de pagamento, cumpridas as formalidades previstas no número anterior, são remetidas ao funcionário administrativo para pagamento e demais procedimentos legais.

Artigo nº 8
Guarda de documentos bancários

1- Os cheques não preenchidos estão à guarda do Tesoureiro, responsável pelo serviço de tesouraria, bem como, os já emitidos que tenham sido anulados, inutilizando-se, neste caso as assinaturas quando as houver, devendo ficar anexados ao respectivo talonário e entregues ao serviço de contabilidade.

2- Os duplicados dos cheques emitidos, ficam anexados ao documento que deu origem à sua emissão e devidamente arquivados.

Artigo 9º

Local de Cobranças de receitas

1- Compete ao funcionário administrativo proceder à cobrança das receitas, ou na sua falta ao Tesoureiro.

Artigo 10º **Contas Correntes**

1- Compete ao funcionário administrativo, ou na sua falta ao tesoureiro, manter permanentemente atualizadas as contas correntes referentes às instituições bancárias onde se encontrem contas abertas em nome da Junta de Freguesia de Povolide.

Artigo 11º **Reconciliações Bancárias**

1- As reconciliações bancárias são feitas mensalmente e confrontada com registos da contabilidade e terão de se encontrar efectuadas até ao dia 15 do mês seguinte.
2- Quando se verificarem diferenças nas reconciliações bancárias estas serão averiguadas e prontamente regularizadas.

Artigo 12º **Formas de aquisições**

1- As compras a realizar pela junta de freguesia carecem de autorização prévia do Presidente da Junta, ou do Tesoureiro e terão por base uma requisição ou um contrato.
2- Excetuam-se do número anterior, as compras de reduzido montante, entendendo-se como tal, as que se compreendam até ao limite da verba correspondente ao fundo de maneiro, as quais serão efetuadas mediante simples autorização do Presidente da Junta.

Artigo 13º **Entrega de aquisições**

1- A entrega dos bens será na sede da Junta de Freguesia, onde se procede à conferência física qualitativa, confrontando-se com as respectivas guias de remessa e requisição externa, na qual é apostado um carimbo de «Conferido» e «Recebido» e rubricado pelo conferente.
2- Os documentos referidos no número anterior, sendo o caso, serão suporte para actualizar as existências nas fichas de imobilizado.

Artigo 14º **Conferência de facturas e pagamento**

1- As facturas ou documentos equivalentes serão recebidos pelo correio ou directamente no sector de tesouraria e são conferidas quanto às matérias de direito e de facto.

Norma de Controlo Interno da Freguesia de Povolide 2025 - 2029

2- Caso existam cópias de facturas, nelas será obrigatoriamente aposto o carimbo de “duplicado”, a fim de prevenir eventuais processamentos e pagamentos indevidos, e as mesmas farão parte do processo de aquisição juntamente com os duplicados ou cópias dos originais e demais documentos.

3- A ordem de pagamento é conferida e assinada pelo tesoureiro e autorizada pelo Presidente da Junta de Freguesia.

4- Quando a factura é paga é aposto um carimbo de pago com a assinatura do tesoureiro na ordem de pagamento, com indicação do registo da ordem de pagamento.

Artigo 15º **Inventário Geral**

1- O inventário patrimonial inclui todos os bens duradouros e equipamentos que são propriedade da Junta de Freguesia e rege-se pelo respectivo Regulamento de Inventário e Cadastro do Património da Junta de Freguesia de Povolide.

Artigo 16º **Documentos escritos, despachos e informações**

1- Todos os documentos escritos, bem como, os despachos e informações que sobre eles forem exarados, que integram os processos administrativos internos, devem identificar os seus subscritores de forma bem legível e a data em que foi elaborado.

Artigo 17º **Registos e sistema informático**

1- Os registos contabilísticos são processados informaticamente.

2- Consoante o sistema informático existente na Junta de Freguesia, poderão alguns dos procedimentos de controlo estabelecidos na presente norma, serem efectuados automaticamente.

3- A integridade e confidencialidade dos dados devem estar devidamente protegidas.

4- O sistema informático contempla procedimentos adequados de controlo contabilísticos, assegurando que o registo automático das operações se processa pelos valores correctos, com uma adequada classificação e nos períodos correspondentes.

Artigo 18º **Prazos de escrituração e outros**

1- A escrituração deve estar actualizada, tendo em conta os documentos sujeitos a conferência diária e os prazos legalmente estabelecidos, incluindo os decorrentes da legislação fiscal e da prestação de contas.

Artigo 19º **Responsabilidade pelo uso de bens**

1- Cada funcionário é responsável pelos bens e equipamentos que lhes estejam atribuídos.

Artigo 20º
Violação das normas

1- A violação de normas estabelecidas no presente Regulamento, sempre que indicie o cometimento de infração disciplinar, dá lugar a imediata instauração de procedimento competente, nos termos previstos no estatuto disciplinar.

Artigo 21º
Alterações

1- A presente norma pode ser alterada por deliberação da Junta de Freguesia, sempre que razões de eficácia o justifiquem.

Artigo 22º
Casos omissos

1- As dúvidas de interpretação e os casos omissos serão resolvidos por deliberação da Junta de Freguesia, sob proposta do Presidente.

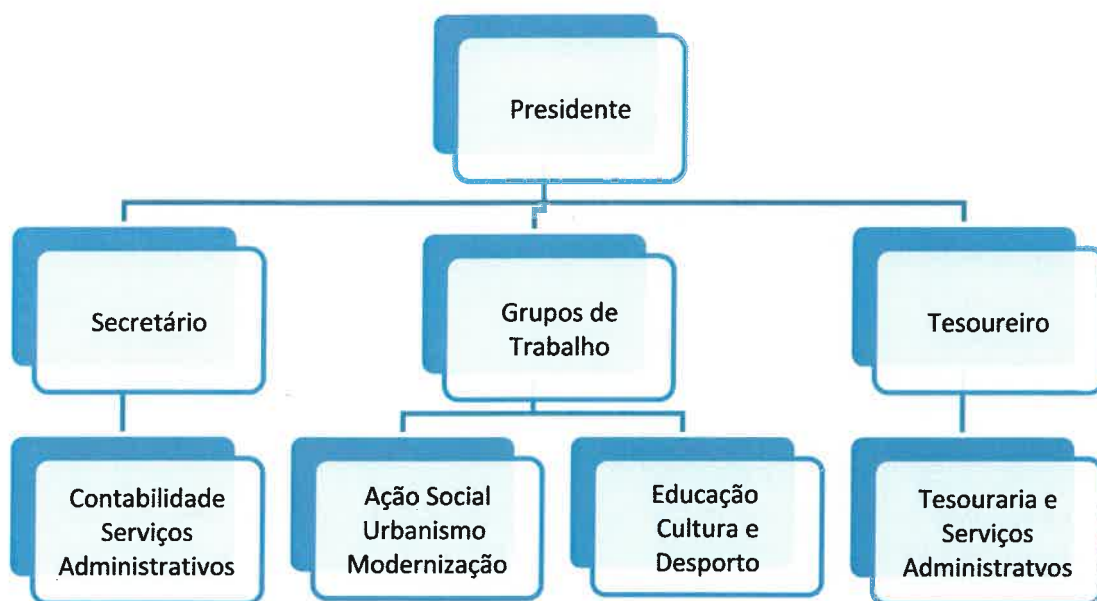
Artigo 23º
Revogação

1- São revogadas todas as disposições regulamentares na parte que contrariem as regras e os princípios estabelecidos no presente Regulamento.

Artigo 24º
Organização dos serviços

Organograma da Junta de Freguesia de Povolide.

Norma de Controlo Interno da Freguesia de Povolide 2025 - 2029



Artigo 25º
Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em Vigor, após ter sido aprovado em Reunião do executivo.

Aprovado pela Junta de Freguesia na sua reunião ordinária realizada em 03/11/20125

Presidente: Luís Nogueira

Secretário: João Manuel Monteiro do Alentejo

Tesoureiro: Paulo Almeida